Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 7

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 15

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 60

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 61

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 62

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	96.227
Preferenciais	0
Total	96.227
Em Tesouraria	
Ordinárias	20
Preferenciais	0
Total	20

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	877.462	862.502
1.01	Ativo Circulante	15.010	10.308
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16	1.830
1.01.03	Contas a Receber	5.752	3.712
1.01.03.01	Clientes	428	384
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.324	3.328
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.918	3.905
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.324	861
1.01.08.03	Outros	5.324	861
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	4.184	0
1.01.08.03.02	Outros ativos	1.140	861
1.02	Ativo Não Circulante	862.452	852.194
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.846	57.247
1.02.01.04	Contas a Receber	40.361	41.459
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	40.361	41.459
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.485	15.788
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	16.482	15.785
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3	3
1.02.02	Investimentos	804.693	794.007
1.02.03	Imobilizado	913	940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	877.462	862.502
2.01	Passivo Circulante	73.917	60.953
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.445	2.270
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	57.760	45.663
2.01.05	Outras Obrigações	13.712	13.020
2.01.05.02	Outros	13.712	13.020
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	8.399	8.399
2.01.05.02.05	Títulos a Pagar	2.824	2.657
2.01.05.02.06	Passivos Relacionados a Contratos com Clientes	35	35
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	2.454	1.929
2.02	Passivo Não Circulante	82.702	87.128
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	63.835	64.772
2.02.03	Tributos Diferidos	6.901	5.395
2.02.04	Provisões	11.966	16.961
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.966	16.961
2.03	Patrimônio Líquido	720.843	714.421
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.02	Reservas de Capital	-563	-563
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-563	-563
2.03.04	Reservas de Lucros	34.747	34.747
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.422	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	486	27
3.01.01	Receita de contratos com clientes	486	27
3.03	Resultado Bruto	486	27
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.454	8.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.171	-4.491
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3.918	-4.783
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.707	18.216
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.940	8.969
3.06	Resultado Financeiro	-1.012	-1.603
3.06.01	Receitas Financeiras	1.877	516
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.889	-2.119
3.06.02.01	Despesas financeiras	-2.179	-3.492
3.06.02.02	Variações cambiais, derivativos e valor justo, líquidos	-710	1.373
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.928	7.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.506	807
3.08.02	Diferido	-1.506	807
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.422	8.173
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.422	8.173

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	6.422	8.173
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.422	8.173

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.168	-10.007
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.918	-4.451
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.928	7.366
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.707	-18.216
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	33	26
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	2.187	3.698
6.01.01.08	Baixa de títulos a receber	0	1.816
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	-82	-457
6.01.01.13	Valor justo de ativos e passivos financeiros	-1.069	-1.683
6.01.01.16	Plano de incentivo	0	6
6.01.01.17	Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	-659	0
6.01.01.18	Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	-6	0
6.01.01.19	Obrigações constituídas na aquisição de empresas	0	1.522
6.01.01.20	Provisão (reversão) para contingências	-3.543	1.471
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	750	-1.386
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-38	148
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-54	-93
6.01.02.05	Títulos a receber	911	0
6.01.02.10	Outros Ativos	-279	-677
6.01.02.12	Outras obrigações	525	157
6.01.02.15	Tributos a recolher	177	-759
6.01.02.17	Títulos a pagar	-492	-162
6.01.03	Outros	0	-4.170
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-3.967
6.01.03.02	Juros pagos	0	-203
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.167	-46
6.02.04	Recursos aplicados em contratos de mútuo	-4.161	0
6.02.05	Aquisição de imobilizado	-6	-46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.521	11.354
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	7.500	99.665
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0	-3.333
6.03.06	Dividendos pagos	0	-84.978
6.03.08	Recebimento de partes relacionadas, líquidos	21	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.814	1.301
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.830	2.050
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16	3.351

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.422	0	6.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.422	0	6.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	34.747	6.422	6.649	720.843

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	69	105.628	0	6.649	785.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	69	105.628	0	6.649	785.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6	-52.409	0	0	-52.403
5.04.08	Pagamento antecipado de dividendos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária	0	0	-52.409	0	0	-52.409
5.04.09	Plano de incentivo	0	6	0	0	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.173	0	8.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.173	0	8.173
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	75	53.219	8.173	6.649	741.704

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	829	77
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	535	0
7.01.02	Outras Receitas	288	77
7.01.02.01	Receita de Arrendamento	30	30
7.01.02.06	Outras receitas	258	47
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	759	-6.610
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.877	-1.738
7.02.04	Outros	3.636	-4.872
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.588	-6.533
7.04	Retenções	-33	-26
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33	-26
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.555	-6.559
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.584	18.732
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.707	18.216
7.06.02	Receitas Financeiras	1.877	516
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.139	12.173
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.139	12.173
7.08.01	Pessoal	2.700	2.119
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.240	1.874
7.08.01.02	Benefícios	390	199
7.08.01.03	F.G.T.S.	70	46
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.001	-381
7.08.02.01	Federais	1.944	-429
7.08.02.02	Estaduais	38	3
7.08.02.03	Municipais	19	45
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.016	2.262
7.08.03.01	Juros	2.868	2.015
7.08.03.02	Aluguéis	148	179
7.08.03.03	Outras	0	68
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.422	8.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.422	8.173

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	960.828	942.362
1.01	Ativo Circulante	54.518	34.927
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.190	2.084
1.01.03	Contas a Receber	45.471	28.023
1.01.03.01	Clientes	40.147	24.695
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.324	3.328
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.967	3.957
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	890	863
1.02	Ativo Não Circulante	906.310	907.435
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.846	57.247
1.02.01.04	Contas a Receber	40.361	41.459
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	40.361	41.459
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.485	15.788
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	16.482	15.785
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3	3
1.02.02	Investimentos	802.503	803.198
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	802.503	803.198
1.02.03	Imobilizado	46.961	46.990

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	960.828	942.362
2.01	Passivo Circulante	79.473	65.341
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.367	3.230
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	57.760	45.663
2.01.05	Outras Obrigações	17.346	16.448
2.01.05.02	Outros	17.346	16.448
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.399	8.399
2.01.05.02.05	Passivos Relacionados a Contratos com Clientes	3.515	3.396
2.01.05.02.06	Titulos a Pagar	2.978	2.724
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	2.454	1.929
2.02	Passivo Não Circulante	160.512	162.600
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	63.835	64.772
2.02.02	Outras Obrigações	73.497	72.827
2.02.02.02	Outros	73.497	72.827
2.02.02.02.04	Passivos Relacionados a Contratos com Clientes	73.497	72.827
2.02.03	Tributos Diferidos	11.214	8.040
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.214	8.040
2.02.04	Provisões	11.966	16.961
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.966	16.961
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	720.843	714.421
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.02	Reservas de Capital	-563	-563
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-563	-563
2.03.04	Reservas de Lucros	34.747	34.747
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.422	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.649	6.649

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.320	24.986
3.01.01	Receita de contratos com clientes	16.320	24.986
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.207	-1.224
3.02.01	Custos das vendas	-1.207	-1.224
3.03	Resultado Bruto	15.113	23.762
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.811	-9.482
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.684	-4.699
3.04.02.01	Despesas administrativas	-6.684	-4.699
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3.873	-4.783
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	3.873	-4.783
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.302	14.280
3.06	Resultado Financeiro	-2.620	-3.141
3.06.01	Receitas Financeiras	1.866	514
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.486	-3.655
3.06.02.01	Despesas financeiras	-3.776	-5.028
3.06.02.02	Variações cambiais, derivativos e valor justo, líquidos	-710	1.373
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.682	11.139
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.260	-2.966
3.08.01	Corrente	-86	-89
3.08.02	Diferido	-3.174	-2.877
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.422	8.173
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	6.422	8.173
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.422	8.173

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	6.422	8.173
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.422	8.173
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.422	8.173

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.240	-9.827
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.105	20.031
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.682	11.139
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	869	985
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	9	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	3.804	5.232
6.01.01.08	Reversão da provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	-659	0
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	-82	-457
6.01.01.15	Obrigações constituídas na aquisição de empresas	0	1.522
6.01.01.16	Valor justo de ativos e passivos financeiros	-1.069	-1.683
6.01.01.17	Baixa de títulos a receber	0	1.816
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	94	0
6.01.01.19	Plano de incentivo	0	6
6.01.01.20	Provisão (reversão) para contingências	-3.543	1.471
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.283	-25.688
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-15.546	-24.630
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-51	-99
6.01.02.05	Títulos a Receber	911	0
6.01.02.10	Outros ativos	-27	-405
6.01.02.12	Passivos relacionados a contratos com clientes	-805	-985
6.01.02.15	Tributos a recolher	1.115	385
6.01.02.16	Outras obrigações	525	208
6.01.02.17	Títulos a pagar	-405	-162
6.01.03	Outros	-62	-4.170
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-62	-3.967
6.01.03.02	Juros pagos	0	-203
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-154	-46
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-154	-46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.500	11.354
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	7.500	99.665
6.03.04	Dividendos pagos	0	-84.978
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	0	-3.333
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.106	1.481
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.084	2.051
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.190	3.532

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421	0	714.421
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421	0	714.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.422	0	6.422	0	6.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.422	0	6.422	0	6.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	34.747	6.422	6.649	720.843	0	720.843

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	69	105.628	0	6.649	785.934	0	785.934
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	69	105.628	0	6.649	785.934	0	785.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6	-52.409	0	0	-52.403	0	-52.403
5.04.08	Pagamento antecipado de dividendos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária	0	0	-52.409	0	0	-52.409	0	-52.409
5.04.09	Plano de incentivo	0	6	0	0	0	6	0	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.173	0	8.173	0	8.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.173	0	8.173	0	8.173
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	75	53.219	8.173	6.649	741.704	0	741.704

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	17.222	25.978
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	535	0
7.01.02	Outras Receitas	16.781	25.978
7.01.02.01	Receita de arrendamento	16.459	25.931
7.01.02.06	Outras receitas	322	47
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-94	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	493	-6.719
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.129	-1.846
7.02.04	Outros	3.622	-4.873
7.02.04.06	Outras despesas	3.622	-4.873
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.715	19.259
7.04	Retenções	-869	-985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-869	-985
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.846	18.274
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.866	514
7.06.02	Receitas Financeiras	1.866	514
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.712	18.788
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.712	18.788
7.08.01	Pessoal	2.907	2.119
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.377	1.874
7.08.01.02	Benefícios	445	199
7.08.01.03	F.G.T.S.	85	46
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.772	4.700
7.08.02.01	Federais	4.704	4.554
7.08.02.02	Estaduais	41	3
7.08.02.03	Municipais	27	143
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.611	3.796
7.08.03.01	Juros	4.462	3.549
7.08.03.02	Aluguéis	149	179
7.08.03.03	Outras	0	68
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.422	8.173
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.422	8.173

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

As operações da Terra Santa compreendem a gestão de terras, em conjunto com as benfeitorias, exploradas mediante contrato de arrendamento, bem como a exploração de manejo florestal sustentável. O valor dos arrendamentos é recebido, anualmente, no último dia útil de abril, e reconhecido linearmente no balanço no período de setembro a agosto do ano subsequente.

No 1T24, a receita líquida total da Companhia totalizou R$ 16,3 milhões, valor 34,7% inferior ao 1T23, composta por (i) 14,8 milhões provenientes da apropriação de 3/12 da receita da receita de arrendamento da safra 2023/24, calculada considerando o preço médio fixado para a safra de R$ 101,6/sc; (ii) R$ 827 mil da apropriação do adiantamento do arrendamento; (iii) R$ 458 mil referente à venda de madeira fruto do manejo sustentável; e (iv) R$ 175 mil referente aos aluguéis do escritório de Nova Mutum e do armazém de Rosário do Sul.

O custo dos produtos vendidos foi de R$ 1,2 milhão, valor 1,4% inferior ao verificado em igual período do ano anterior, e reflete, principalmente a depreciação dos investimentos que não tem contrapartida de CAPEX, visto que a SLC (arrendatária das fazendas da Companhia), deve nos entregar os ativos, ao final do contrato, no mesmo estado em que foram recebidas.

As despesas operacionais apresentaram uma redução de 70,4% quando comparado a igual período do ano anterior, influenciado em grande parte pela rubrica “outras receitas operacionais”. Essas despesas são compostas por despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas operacionais). As despesas operacionais apresentaram um valor de R$ 6,7 milhões no 1T24, contra um valor de R$ 4,7 milhões no 1T23, sendo observado um incremento na contratação de serviços de terceiros; nas despesas com pessoal e na remuneração de administradores, conforme detalhado no item “Despesas Operacionais”. As outras receitas (despesas) operacionais totalizam R$ 3,8 milhões no 1T24, contra um valor negativo de R$ 4,8 milhões no 1T23. Essa diferença refere-se a baixa de contingências.

O resultado financeiro, por sua vez, foi negativo em R$ 2,6 milhões, sendo composto por (i) R$ 1,9 milhões de rendimentos sobre aplicações financeiras, ajuste à valor presente e juros ativos; (ii) R$ 3,8 milhões de despesas financeira; e (iii) 710 mil de despesas de variação cambial, derivativos e valor justo.

Assim, terminamos o primeiro trimestre de 2024 com um lucro líquido de R$ 6,4 milhões.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia" ou "TSPA") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, no endereço Praça General Gentil Falcão, nº 108, Cj. 81, Sala 04, 8º andar, Bairro Cidade Monções. A Companhia possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa e Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticket LAND3.

Em 31 de março de 2024, as operações da Companhia e de suas controladas (em conjunto, o "Grupo") compreendem a gestão de terras correspondentes a 39.189 hectares de área útil, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodoeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária SLC Agrícola Centro Oeste S.A. (SLC CO), bem como a exploração de manejo florestal sustentável, com a extração de madeira nativa.

Objetivando a segregação, otimização e racionalização das atividades do Grupo, a operação de manejo florestal é executada pela Companhia mediante contrato de comodato celebrado em 1º de fevereiro de 2023 entre a Companhia e suas controladas. O contrato possui vigência até setembro de 2032 com uma área total de 16.908 (dezesseis mil, novecentos e oito) hectares, explorada sazonalmente através de projetos específicos autorizados pelos órgãos competentes, cujo projeto em exploração tem estimativa de encerramento até o término do presente exercício, oportunidade em que a Administração avaliará a oportunidade de exploração de novos projetos na área objeto do comodato.
A emissão das demonstrações contábeis intermediárias, do período trimestre findo em 31 de março de 2024, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de maio de 2024.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2024

Captação de empréstimo

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia efetuou a captação de R$ 7.500 mediante a contratação de duas operações financeiras para manutenção do capital de giro, conforme Nota 25 (b).

1.3 Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo")

Em março de 2021, foi firmado, entre a Companhia, a SLC Agrícola S.A. ("SLC") e a SLC CO, o Acordo, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições que devem ser observados pelos signatários após a data de fechamento da operação de incorporação de ações.

O Acordo foi aditado em abril de 2023, quando as partes acordaram que, excepcionalmente, para o período de apuração e para pagamento do Acordo em 2023, deveriam ocorrer em 31 de março e 30 de abril de 2023, seriam postergados para 31 de maio e 30 de junho de 2023, respectivamente. Os compromissos foram atendidos nas datas ajustadas, sem exceção.

Para 2024 não há intenção de aditamento e o Acordo deve seguir conforme descrito a seguir:

(a) Ativos e passivos decorrentes do Acordo

O Acordo estabeleceu a obrigação, irrevogável e incondicional de a Companhia e seus acionistas, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a SLC CO, após a data da efetivação do Acordo, decorrente de perdas provenientes de operações ocorridas no período anterior à data do Acordo.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à SLC CO, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem

Notas Explicativas

como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC na combinação de negócios com a SLC CO. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo, no importe de até R$ 250.000, incluindo contingências passivas não classificada como perda provável e, portanto, não reconhecidas como um passivo quando do registro contábil do Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC CO e SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente ou relacionada a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC CO ou SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC CO e SLC também se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados pela Companhia em até cinco dias úteis sempre que (i) o valor líquido de direitos e obrigações ultrapassar R$ 15.000, ou (ii) em 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro.

Em 2024, o valor efetivo para recebimento conforte acordado em notificação emitida em 30 de abril de 2024 segue conforme quadro demonstrado na Nota 1.3 (c).

(b) Mensuração dos ativos e passivos

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esses direitos e obrigações têm a seguinte natureza, e foram estimados nos seguintes montantes:

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Direitos do Acordo		
Tributos a recuperar (i)	34.539	33.862
Depósitos judiciais (ii)	4.686	4.663
Propriedades para investimentos (iii)	3.109	3.109
Direitos a receber do acordo (Item (c) a seguir)	3.351	3.153
	45.685	44.787
Obrigações do Acordo		
Provisão para contingências (iv)	(4.233)	(7.626)
	(4.233)	(7.626)
Direitos do Acordo, líquidos	41.452	37.161
Tributos diferidos sobre o valor líquido	(13.597)	(12.044)
	27.855	25.117

Os referidos ativos e passivos não estão sendo apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial da Companhia e do Grupo, considerando não ser provável que o recebimento de ativos e o pagamento dos passivos ocorram no mesmo exercício e, portanto, não é provável a sua realização pelo valor líquido.

Os direitos do Acordo, independente da natureza que originou o seu registro original na SLC CO, foram reconhecidos como Títulos a receber (Nota 7), classificados como instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo através do resultado, a depender das características de cada ativo, considerando que serão liquidados mediante o recebimento de instrumentos financeiros pela Companhia.

A mensuração desses ativos é como segue

Notas Explicativas

(i) Tributos a recuperar - Referem-se a créditos tributários de diversas naturezas (PIS, COFINS, IRRF, IRPJ, CSLL e FUNRURAL) que estão reconhecidos contabilmente na SLC CO, e que serão realizados mediante (i) a compensação com débitos tributários, quando aplicável, e (ii) pedidos de ressarcimento em dinheiro, a depender da forma de apuração do referido crédito tributário e da legislação aplicável. Conforme determina o Acordo, os montantes realizados pela SLC CO serão pagos à Companhia mediante a entrega de instrumentos financeiros.

(ii) A Companhia, com base na estimativa de aproveitamento desses créditos formulada com base na média histórica de utilização, calculou o valor justo dos referidos instrumentos financeiros utilizando uma taxa de desconto de 11,78% ao ano (2023 – 12,19 % ao ano), e um período médio de realização de 3 a 4 anos, a partir da data de efetivação da operação, especialmente quanto ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, diante das alterações no conceito de essencialidade e relevância dos insumos, aliada à impetração de mandado de segurança objetivando a celeridade na análise dos pedidos administrativos, a monetização superou a estimativa realizada anteriormente. Desta forma, registrou-se realização parcial antecipada destes ativos. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de março de 2024 o período médio estimado de realização seja de 3 a 4 anos. Os referidos títulos a receber foram segregados entre ativos circulante e não circulantes com base nessa estimativa de realização, conforme Nota 7.

(iii) Depósitos judiciais - Foram efetuados pela SLC CO para a discussão de ações judiciais cuja responsabilidade pela liquidação da obrigação, caso o trânsito em julgado das referidas ações seja desfavorável a SLC CO, é da Companhia. Os depósitos judiciais foram registrados pelo custo amortizado e o seu valor se aproxima do valor justo na data do seu reconhecimento e na data de apresentação dessas demonstrações financeiras, conforme Nota 17.1.

(iv) Propriedade para investimento - Refere-se à propriedade rural não incluída no acervo líquido integralizado na Companhia e, portanto, mantido em propriedade da SLC CO. A referida propriedade deverá ser vendida e os recursos financeiros recebidos devem ser enviados à Companhia, conforme determina o Acordo. Não houve mudança do valor justo desse ativo que está líquido dos encargos estimados na venda para as demonstrações contábeis intermediárias de 31 de março de 2024

As obrigações do Acordo foram reconhecidas como Provisão para contingência (Nota 17), considerando os critérios utilizados para a sua mensuração, a saber:

(v) Provisão para contingências - A provisão para contingências foi calculada para aquelas ações em que a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Essa estimativa foi calculada pela diretoria, com o apoio de seus assessores legais, considerando as particularidades de cada ação, o conjunto probatório existente e a fase processual em que se encontra cada uma das ações. Essa obrigação está registrada como provisão para contingências. A diretoria decidiu por não constituir qualquer provisão para as ações classificadas como passivos contingentes, ressalvadas situações excepcionalíssimas, haja vista que essas ações têm a probabilidade de perda menor que provável, e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia. A movimentação dessa provisão, após o seu reconhecimento inicial, está divulgada na Nota 17.

Notas Explicativas

(c) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

A diretoria da Companhia realiza reuniões regulares com a contraparte (SLC e SLC CO) para a avaliação, acompanhamento e verificação de documentação suporte para as movimentações dos ativos e passivos que compõem o Acordo.

Os efeitos identificados após a efetivação do Acordo, decorrentes da atualização dos saldos, ganhos e perdas não conhecidos no momento da sua efetivação, esperados ou não esperados, são registrados no resultado do exercício da Companhia.

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Direitos do Acordo		
Tributos a recuperar	7.791	7.062
Depósitos judiciais	1.638	1.636
	9.429	8.698
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar	(6.078)	(5.545)
Direitos do Acordo, líquidos	3.351	3.153

No período findo em 31 de março de 2024, o montante de R$ 9.429 de ativos foi considerado como direito realizado pela SLC CO, assim como o montante de R$ 6.078 de passivos foi considerado como devido, gerando um direito líquido para a Companhia no montante de R$ 3.351, recebido em 30 de abril 2024.

Os efeitos registrados como outras receitas (despesas), líquidas no resultado do exercício são como segue:

- Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 22) - Despesas no montante de R$ 535 predominantemente se refere a honorários advocatícios e receitas nos montantes de R$ 255 referentes a atualização monetária sobre tributos indenizáveis decorrente do Acordo.
- Provisões com contingências (Nota 17) – Ganho de R$ 3.543 por reversão de provisão de dois processos.

Os efeitos registrados como resultado financeiro, líquido no resultado do exercício são como segue:

- Ajuste a valor presente (Nota 23) - Receita financeira no montante de R$ 82 referente ao ajuste a valor presente dos ativos e passivos do Acordo.
- Valor justo (Nota 23) - Receita financeira no montante de R$ 1.069 referente ao valor justo dos ativos e passivos do Acordo.
- Atualização monetária (Nota 23) - R$ 150 referente à atualização monetária das contingências que fazem parte do Acordo.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 31 de março de 2024, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Notas Explicativas

("CPC"), e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas demonstrações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, aprovadas em 18 de março de 2024, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do grupo desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs (*International Financial Reporting Standards)* não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As alterações mencionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não tiveram impactos materiais para a Companhia ou para o Grupo.

2.2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As alterações mencionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não tiveram impactos materiais para a Companhia ou para o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No trimestre findo em 31 de março de 2024, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentassem risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o trimestre corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 3.1 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2023.

4 Gestão de riscos

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. As divulgações a seguir estão demonstrando a forma de gestão de riscos do Grupo.

4.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A diretoria da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13). Como parte dessa revisão, a diretoria considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

4.3 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias da Companhia e, nessa nota.

4.4 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídicos, tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui Conselho Fiscal instalado.

Os riscos operacionais da Companhia são avaliados diretamente pelo Comitê de Auditoria, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela sua auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, o Conselho de Administração e a Diretoria do Grupo, tem como objetivo monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos em aberto.

Relacionado ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

Relacionado ao risco de crédito associado ao crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos a receber, a diretoria entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito e estão na categoria “A” do *rating*. Em 31 de março de 2024, o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber na categoria “A” do *rating*, na controladora é de R$ 46.113 (R$ 45.171 em 2023) e no consolidado o saldo é de R$ 85.832 (R$ 69.482 em 2023).

Para a determinação do *rating*, os clientes são classificados levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

As receitas do Grupo são substancialmente provenientes do arrendamento das terras.

Nível	*Rating*	Taxa
Risco baixo	A	0,0%
Risco razoável	B	0,5%
Duvidoso	C	10,0%
Perda	D	100,0%

Notas Explicativas

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Em 31 de março de 2024, o Grupo mantém capital circulante líquido negativo de R$ 58.907 (R$ 50.645 em 2023) e R$ 24.955 (R$ 30.414 em 2023) na controladora e consolidado, respectivamente. A Diretoria da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração monitora constantemente a posição de liquidez da Companhia e as projeções de caixa, bem como, quaisquer fatores que possam afetar a capacidade de geração de receitas e colocar em risco a capacidade da Companhia em honrar com os compromissos financeiros assumidos.

A principal fonte de receita da Companhia decorre do arrendamento de terras, sendo que as negociações são conduzidas para receber o pagamento em uma única parcela anual ao final do mês de abril. Devido a esse formato, a Companhia planeja suas captações de recursos para a manutenção do capital de giro com vencimento no mês de maio de cada ano, garantindo que a liquidação e/ou amortização ocorram após o recebimento do arrendamento. A Companhia considera que o cenário de capital circulante líquido negativo é uma consequência do modelo operacional e estrutura de capital adotados, tendo como características o fluxo de recebimento da receita de arrendamento, observada a norma contábil de apropriação do recebível e linearidade de seu reconhecimento, além do fluxo de captação e amortização de endividamento, os quais têm como premissa adotarem como vencimento final em data imediatamente subsequente ao recebimento da receita de arrendamento. Em maio de 2024, a Companhia realizará uma captação financeira no valor de R$ 24.000, conforme autorização concedida em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2024. Essa captação tem como finalidade primordial suprir o caixa da Companhia, de acordo com o orçamento aprovado para o exercício.

Adicionalmente, a Companhia tem à sua disposição linhas de crédito pré-aprovadas obtidas em instituições financeiras de primeira linha, com custo financeiro em condições julgadas satisfatórias pela diretoria, com prazos de pagamento que refletem o melhor interesse do Grupo na gestão do seu caixa, no montante de, aproximadamente, R$ 100.000, as quais serão utilizadas quando julgadas necessárias pela diretoria para assegurar a liquidez do Grupo para os próximos 12 meses.

Quanto às captações de recursos para manutenção do capital de giro, as mesmas devem ser contabilizadas como passivos financeiros quando ocorrerem, e os juros associados devem ser reconhecidos ao longo do período relevante, de acordo com o método da taxa efetiva de juros. Caso haja custos de transação associados às captações, esses custos devem ser amortizados ao longo do período de captação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de março de 2024								
Empréstimos e financiamentos	59.042	47.129	21.393	127.564	59.042	47.129	21.393	127.564
Títulos a pagar	2.824			2.824	2.978			2.978
Dividendos	8.399			8.399	8.399			8.399
Outras obrigações	2.454			2.454	2.454			2.454
	72.719	47.129	21.393	141.241	72.873	47.129	21.393	141.395

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023								
Empréstimos e financiamentos	50.446	47.854	21.755	120.055	50.446	47.854	21.755	120.055
Títulos a pagar	2.657			2.657	2.724			2.724
Dividendos	8.399			8.399	8.399			8.399
Outras obrigações	1.929			1.929	1.929			1.929
	63.431	47.854	21.755	133.040	63.498	47.854	21.755	133.107

Os passivos de contratos de clientes não foram considerados na tabela acima pois serão liquidados mediante o arrendamento das terras, sem desembolso financeiro para o Grupo.

(iii) Risco de taxa de câmbio e preços das *commodities*

As receitas do Grupo são majoritariamente atreladas ao preço da soja em Reais (R$). O preço da soja, que é uma *commodity* global, varia com a cotação internacional da *commodity* e com a taxa de câmbio Real *versus* Dólar americanos (US$). Assim, a receita do Grupo está exposta ao risco da variação da cotação do dólar americano, que pode impactar o preço em reais da saca de soja e, consequentemente, a receita operacional. Como forma de mitigar este risco, a diretoria monitora e acompanha as cotações da taxa de câmbio no mercado à vista e no mercado futuro, simultaneamente com as cotações do mercado futuro de soja, a fim de determinar o melhor momento para a fixação dos preços da soja que são referência para os contratos de arrendamento. Essa fixação pode ocorrer por meio da fixação do preço da soja em Reais ou em Dólares americanos diretamente com a contraparte ou por meio de operações nos mercados futuros de soja e de dólar. Devido a importância deste tema, a estratégia de condução das fixações dos preços dos contratos de arrendamento é deliberada e acompanhada diretamente nas reuniões de Conselho de Administração.

(iv) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém saldos de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar a fornecedores e títulos a pagar com vencimento em curto prazo e longo prazo. No entendimento da diretoria para os valores a receber e a pagar no curto prazo o valor justo dos instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são para fins especulativos, quando utilizados.

4.5 Riscos climáticos

As propriedades agrícolas do Grupo estão expostas a riscos de danos causados por incêndios florestais e outras forças da natureza, além de impactos gerados por mudanças climáticas. A diretoria possui processos em funcionamento voltados ao monitoramento desses riscos, incluindo inspeções regulares,

Notas Explicativas

assim como a análise de relatórios gerados pelo processamento de imagens de satélite. O Grupo conta também, como uma ferramenta de monitoramento de riscos, o apoio de empresa especializada para reporte mensal através de relatórios e interações relacionado aos efeitos climáticos e do mercado global de *commoditie*.

O Grupo não está exposto a riscos climáticos de forma direta, contudo há um acompanhamento de fenômenos climáticos que possam impactar os parâmetros dos preços das *commodities* agrícolas, dessa forma a Companhia administra esse risco de impacto, alinhando a fixação dos preços dos arrendamentos com as condições de oferta e demanda do mercado de *commodities* e realiza análises regulares de tendências da agroindústria para volumes projetados de produção de *commodities* e preço.

Em 31 de março de 2024, as informações contábeis intermediárias da Companhia não consideram qualquer efeito decorrente de impactos climáticos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Recursos em banco	16	77	197	151
Aplicações financeiras		1.753	3.993	1.933
	16	1.830	4.190	2.084

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2024, a remuneração é de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - (101,32% em 2023).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Clientes em moeda nacional	753	715	40.597	25.051
(-) Provisão para perdas em recebíveis	(325)	(331)	(450)	(356)
	428	384	40.147	24.695

As contas a receber em 31 de março de 2024, referem-se, substancialmente, à receita de arrendamento de sete meses do ano safra 2023/2024 recebido em 30 de abril de 2024, conforme contrato.

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
A vencer:	265	254	39.684	24.315
Vencidos:				
Até 30 dias	103	151	153	201
De 31 a 90 dias	75	41	175	141
De 91 a 180 dias	95	269	245	394
Acima de 180 dias	215		340	
	753	715	40.597	25.051
(-) Provisão para perdas em recebíveis (i)	(325)	(331)	(450)	(356)
	428	384	40.147	24.695

A diretoria mantém procedimentos de cobrança para as contas a receber vencidas e não estima incorrer em perdas por inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada categoria de contas a receber mencionado na Nota 4.4 (i). Consequentemente, a diretoria não espera incorrer em perdas superiores ao valor registrado em cada período.

(i) Em 31 de março de 2024, o montante constituído de provisão para perdas em recebíveis refere-se substancialmente a um contrato de aluguel de imóvel que foi renegociado e os prazos do novo acordo não foram cumpridos. Consequentemente, a diretoria decidiu pelo provisionamento de 100% dos saldos em aberto e está em negociação junto ao cliente para viabilizar o recebimento.

As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	31 de março de 2024	31 de março de 2024
Saldo inicial	(331)	(356)
Perdas por redução ao valor recuperável		(100)
Valores revertidos no exercício	6	6
Saldo final	(325)	(450)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança judiciais e extrajudiciais.

7 Títulos a receber

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Créditos originados no Acordo (i)	45.982	45.084	45.982	45.084
(-) Provisão para *impairment*	(297)	(297)	(297)	(297)
	45.685	44.787	45.685	44.787
Circulante	(5.324)	(3.328)	(5.324)	(3.328)
Não circulante	40.361	41.459	40.361	41.459

(i) Os saldos referem-se aos títulos originados no registro do Acordo (Nota 1.3), mensurados ao valor justo, o qual considera que os créditos originais serão realizados pela SLC CO e repassados para a Companhia em um período estimado de três a quatro anos. No período findo em 31 de março de 2024, os ativos considerados como realizados pela SLC CO, deduzidos dos passivos indenizáveis pela Companhia, resultaram em um direito realizável líquido de R$ 3.351, conforme Nota 1.3 (c).

O valor justo desses ativos foi remensurado, impactando o resultado do trimestre com uma receita financeira de R$ 1.069. As principais premissas da mensuração do valor justo referem-se as datas estimadas de recebimento e a taxa de desconto conforme divulgado na Nota 1.3 b (ii).

As movimentações na provisão para *impairment* de títulos a receber, são as seguintes:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Saldo inicial	(297)	
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida		(297)
Titulos a receber baixados durante o exercício como incobráveis		
Saldo final	(297)	(297)

A despesa com a constituição da provisão para *impairment* é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança/restituição judiciais e extrajudiciais.

A composição dos títulos a receber classificados no ativo não circulante, por idade de vencimento, é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
2025	7.794	7.773
2026	2.599	4.387
2027	29.968	29.299
	40.361	41.459

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
PIS (i)	4.124	4.117	4.124	4.117
COFINS (i)	19.356	19.323	19.356	19.324
IRRF	117	104	147	135
Outros tributos	341	342	360	362
(-) Provisão para *impairment* (ii)	(3.538)	(4.196)	(3.538)	(4.196)
	20.400	19.690	20.449	19.742
Circulante	(3.918)	(3.905)	(3.967)	(3.957)
Não circulante	16.482	15.785	16.482	15.785

(i) A Companhia possui saldos de créditos de PIS e COFINS, originados na sucedida TS Brasil S.A., acumulados entre 2011 e 2016, objetos de pedidos de ressarcimento vinculados a saídas não tributadas ou de exportação. A expectativa de realização, após deferimento, se dará em duas formas: (i) compensação com débitos de titularidade da Companhia; ou (ii) ressarcimento em espécie.

(ii) Diante das ações de saneamento e impulsionamento adotadas pela administração (Nota 17.4) foram atualizadas as bases de constituição da provisão de perda de créditos de PIS, no valor de R$ 631, e de COFINS no montante de R$ 2.907, aproximadamente 17% do saldo registrado.

Pedidos de ressarcimento

Em 2017, a TS Brasil, incorporada em 30 de novembro de 2022 pela Companhia, que passou a ser sua sucessora legal dos direitos e obrigações, obteve medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, no valor aproximado de R$ 28.785, dos quais R$ 24.453 foram inicialmente glosados, o que foi objeto de recurso administrativo (pendente de julgamento). Além do ressarcimento é requerido também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

Em novembro de 2021, por decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), os processos foram convertidos em diligência para reanálise do direito creditório, considerando a documentação juntada em 2020 e o novo entendimento sobre o conceito de insumo pelo STJ (Supremo Tribunal de Justiça). Em março de 2023, a Companhia impetrou mandado de segurança, objetivando a análise dos pedidos de ressarcimento de PIS e COFINS pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, uma vez que ultrapassado o prazo de 360 dias para que se proferisse decisão administrativa.

Notas Explicativas

Em maio de 2023, a Companhia obteve sentença de procedência ao mandado de segurança, com remessa dos processos à DRJ para conclusão do julgamento. Em vista disso, os acórdãos de julgamento foram proferidos em julho de 2023, reconhecendo parcialmente o direito da Companhia ao crédito pleiteado no montante de R$ 3.489, o qual ficou retido, ocasionando impetração de novo mandado de segurança, cuja decisão favorável à Companhia foi proferia em setembro de 2023, para determinar o efetivo ressarcimento do crédito deferido, com a devida atualização monetária pela taxa SELIC.

Com isso, no final de outubro de 2023, houve a liberação parcial do crédito, no montante de R$ 2.921, corrigido à época pela taxa SELIC, restando retido o valor de R$ 526 por constar no relatório fiscal da Companhia supostos débitos que impediram o recebimento da integralidade. A vista disso a Companhia, vêm atuando para a suspensão da exigibilidade e, na sequência, liberação do aludido montante, sem prejuízo da adoção de demais medidas administrativas e judiciais pertinentes, que objetivam a reversão do recebimento do saldo da glosa remanescente, no valor original de R$ 20.538.

Por fim, A Companhia atua para a suspensão da exigibilidade e, na sequência, liberação do aludido montante. Ressalta-se que a Companhia, amparada pela opinião dos seus assessores jurídicos e da jurisprudência vigente, entende pela aplicabilidade e cabimento do mandado de segurança, porquanto a medida adotada não almeja reverter o teor das decisões desfavoráveis à Companhia, mas tão somente que os pedidos sejam apreciados dentro do prazo legal e regularmente previsto.

9 Imposto de renda e contribuição social

9.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	1.474	1.474	1.533	1.516
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	531	531	558	552
	2.005	2.005	2.091	2.068

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No período findo em 31 de março de 2024 e 2023, a Companhia utilizou a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. As suas controladas utilizaram a sistemática de lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente são de R$ 29.717 (2023 - R$ 27.362), na controladora e no consolidado, em razão de não atenderem aos requerimentos do normativo contábil CPC 32 – Tributos sobre o lucro para seu reconhecimento.

No período findo em 31 de março de 2024, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
Natureza por entidade legal	**Saldo liquído em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado**	**31 de março de 2024**	**Saldo liquído em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado**	**31 de março de 2024**
Créditos tributários sobre:						
Prejuízos fiscais acumulados	2.448		2.448	2.448		2.448
Contribuição social sobre base negativa acumulada	881		881	881		881
Diferenças temporárias:						
Provisão para *impairment*	112	(2)	110	112	(2)	110
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	4.828	(1.709)	3.119	2.197	922	3.119
Variação cambial	630	605	1.235	630	605	1.235
Controladas tributada pelo regime de caixa				(2.645)	(1.668)	(4.313)
Outras provisões temporárias	381		381	3.012	(2.631)	381
	9.280	(1.106)	8.174	6.635	(2.774)	3.861
Débitos tributários sobre:						
Diferenças temporárias:						
Direitos do Acordo	14.675	400	15.075	14.675	400	15.075
	14.675	400	15.075	14.675	400	15.075
Débitos tributários, líquidos	(5.395)	(1.506)	(6.901)	(8.040)	(3.174)	(11.214)
Tributos diferidos passivos	(5.395)		(6.901)	(8.040)		(11.214)

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2023, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
Natureza por entidade legal	**Saldo liquído em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado**	**31 de março de 2023**	**Saldo liquído em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado**	**31 de março de 2023**
Créditos tributários sobre:						
Prejuízos fiscais acumulados	2.928		2.928	2.928		2.928
Contribuição social sobre base negativa acumulada	1.054		1.054	1.054		1.054
Diferenças temporárias:						
Provisão para *impairment*						
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	12.071	(3.470)	8.601	12.071	(3.470)	8.601
Variação cambial		105	105		105	105
Controladas tributada pelo regime de caixa					(3.684)	(3.684)
Outras provisões temporárias	399	(6)	393	399	(6)	393
	16.452	(3.371)	13.081	16.452	(7.055)	9.397
Débitos tributários sobre:						
Diferenças temporárias:						
Direitos do Acordo	19.952	(4.178)	15.774	19.952	(4.178)	15.774
	19.952	(4.178)	15.774	19.952	(4.178)	15.774
Débitos tributários, líquidos	(3.500)	807	(2.693)	(3.500)	(2.877)	(6.377)
Tributos diferidos passivos	(3.500)		(2.693)	(3.500)		(6.377)

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	**31 de dezembro de 2023**	**31 de março de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Em 2026	3.329	3.329	3.329	3.329
	3.329	3.329	3.329	3.329

A expectativa de realização dos tributos diferidos está fundamentada pela expectativa de realização dos ativos e passivos constituídos do Acordo, bem como pela atualização monetária de tributos a recuperar.

Essa estimativa considera a limitação da utilização dos referidos créditos até o limite de 30% do lucro real apurado em cada período.

9.3 Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	**31 de março de 2023**	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2023**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.928	7.366	9.682	11.139
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(2.696)	(2.504)	(3.292)	(3.787)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	3.640	6.193		
Despesas não dedutíveis	(76)	(569)	(76)	(569)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(2.355)	(2.313)	(2.355)	(2.313)
Ajuste do cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido			2.482	3.703
Outras (adições) e exclusões líquidas	(19)		(19)	
No resultado do período	(1.506)	807	(3.260)	(2.966)
Alíquota efetiva	-19%	11%	-34%	-27%

10 Investimentos (Controladora)

10.1 Composição dos investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia têm a seguinte composição:

	31 de março de 2024	**31 de dezembro de 2023**
Fazenda São José S.A.	509.289	503.074
Fazenda Iporanga S.A.	227.885	223.646
Fazenda Boa Vista S.A.	67.519	67.287
	804.693	794.007

Em 17 de março de 2023, a Companhia adquiriu o controle das empresas Buriti Agrícola Ltda. ("Buriti"), e Itaqui Participações S.A. ("Itaqui"). Essas empresas são entidades não operacionais e, na avaliação da administração, o valor contábil do patrimônio líquido de cada uma das empresas se aproxima do seu valor justo para fins de reconhecimento contábil dessas aquisições na Companhia.

O preço de compra foi estipulado em R$ 1,00 (um real) a ser pago para a SLC CO, nos termos definidos no Acordo (Nota 1.3), e essas aquisições tiveram como objetivo facilitar a gestão, pela Companhia, de potenciais oportunidades tributárias originadas em operações realizadas pelas referidas entidades no passado.

Notas Explicativas

A Companhia esperava incorporar no decorrer do 1TRI, as controladas Buriti e Itaqui, no entanto, dada a formalização de nova exigência pela Junta Comercial a Companhia terá que preparar novos atos societários para ajuste no Estatuto da Itaqui e, após prosseguir com o ajuste do capital para que seja possível a finalização da integralização dessa empresa. Nossos assessores estimam o prazo complementar de 90 dias.

10.2 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos mantidos pela Companhia no exercício é como segue:

Em 1º de janeiro de 2023	785.244
Resultado de equivalência patrimonial do período	18.216
Passivo a descoberto assumido na aquisição de controladas	(1.522)
Saldo em 31 de março de 2023	801.938
Resultado de equivalência patrimonial do período	49.781
Dividendos antecipados a serem aprovados em AGO (i)	(37.121)
Dividendos aprovados pela controlada - Iporanga, Boa Vista e São José (ii)	(4.803)
Dividendos mínimos obrigatórios - Iporanga, Boa Vista e São José	(15.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	794.007
Em 1º de janeiro de 2024	794.007
Resultado de equivalência patrimonial do período	10.707
Dividendos antecipados a serem aprovados em AGO (i)	(21)
Em 31 de março de 2024	804.693

(i) Refere-se a dividendos antecipados pelas controladas (Fazendas São José, Iporanga e Boa Vista), para os quais os recursos foram utilizados no pagamento de empréstimos, dividendos e remuneração dos administradores na Controladora, os dividendos serão declarados pelas controladoras no encerramento do período, para garantir o direito dos valores já pagos.

(ii) Dividendos aprovados em AGO ocorrida em abril de 2023 referentes ao exercício de 2022 e pagos em maio de 2023.

10.3 Informações sobre as investidas

As investidas da Companhia, têm por objeto: a) investimento, desenvolvimento, gestão, compra e venda de ativos e bens de uso rural; b) desenvolvimento e exploração de florestas e madeira; c) a parceria agrícola de terras para a exploração agrícola e da pecuária; e d) a participação em outras pessoas jurídicas ou sociedades de qualquer espécie na qualidade de sócia ou acionista, conforme divulgado na Nota 2.1 (a).

Em 31 de março de 2024, as informações financeiras das investidas são como segue:

Notas Explicativas

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Fazenda São José S.A. (i)	100%	584.336	75.047	509.289	9.138	6.214
Fazenda Iporanga S.A. (i)	100%	273.292	45.407	227.885	5.978	4.240
Fazenda Boa Vista S.A. (i)	100%	72.002	4.483	67.519	719	253
Buriti Agrícola Ltda.	100%					
Itaqui Participações S.A	100%					
		929.630	124.937	804.693	15.835	10.707

(i) O saldo do patrimônio líquido das fazendas São José, Iporanga e Boa Vista estão líquidos dos dividendos antecipados e foram devidamente aprovados em AGO em 26 de abril 2024, conforme Nota 10.2.

Em 31 de março de 2023, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Fazenda São José S.A.	100%	556.810	47.482	509.328	14.728	10.672
Fazenda Iporanga S.A.	100%	257.486	30.928	226.558	9.198	6.856
Fazenda Boa Vista S.A.	100%	70.642	3.068	67.574	1.033	688
Ecotrans Transporte Ltda.	100%		1.474	(1.474)		
Buriti Agrícola Ltda.	100%		48	(48)		
Crateús Algodoeira S.A.	100%					
Itaqui Participações S.A	100%					
Mocuri Agrícola Ltda.	100%					
		884.938	83.000	801.938	24.959	18.216

11 Propriedades para investimento (Consolidado)

As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	9.112	9.147
Propriedades agrícolas (ii)	793.391	794.051
	802.503	803.198

(i) Os imóveis referem-se ao prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT que é mantido pela Fazenda Boa Vista, controlada direta, com o objetivo de auferir renda mediante aluguel a terceiros. Estes imóveis estão registrados pelo valor de custo, sendo que o valor justo em 31 de março de 2024 foi estimado em R$ 45.186, conforme último laudo de avaliação emitido por empresa especializada (2023 - R$ 45.186). A Administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades no período de 2024.

Notas Explicativas

(ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras para exploração conforme contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo. As propriedades para investimento estão registradas pelo valor de custo de aquisição, sendo que o valor justo em 31 de março de 2024 foi estimado em R$ 2.839.986, conforme último laudo de avaliação emitido por empresa especializada para a data base de 31 de dezembro de 2023, sem expectativa ade oscilação material no período de 3 meses em 2024.

A movimentação das propriedades para investimento no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	**31 de março de 2023**
Saldo em 1º de janeiro	803.198	806.985
Aquisições	148	
(-) Baixas	(9)	
(-) Depreciação	(834)	(957)
Saldo final	802.503	806.028

11.1 Propriedades para investimentos dadas em garantia

Em 31 de março de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia no montante de R$ 121.595 (2023 - R$ 110.435) estão garantidos por alienação fiduciária de duas matrículas, no valor contábil de R$ 80.026 (2023 - R$ 64.069).

12 Imobilizado

12.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2024 (Controladora)

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2023	Adições	31 de março de 2024
(+) Custo			
Máquinas e equipamentos	500		500
Móveis e utensílios	50	6	56
Equipamentos de informática	584		584
	1.134	**6**	**1.140**
(-) Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(23)	(7)	(30)
Móveis e utensílios	(5)	(1)	(6)
Equipamentos de informática	(166)	(25)	(191)
	(194)	**(33)**	**(227)**
(=) Saldo residual, líquidos			
Máquinas e equipamentos	477	(7)	470
Móveis e utensílios	45	5	50
Equipamentos de informática	418	(25)	393
Total	**940**	**(27)**	**913**

12.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2023 (Controladora)

	31 de dezembro de 2022	Adições	31 de março de 2023
(+) Custo			
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Móveis e utensílios	50		50
Equipamentos de informática	516		516
	566	**46**	**612**
(-) Depreciação			
Móveis e utensílios	(1)	(1)	(2)
Equipamentos de informática	(59)	(25)	(84)
	(60)	**(26)**	**(86)**
(=) Saldo residual, líquidos			
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Equipamentos de informática	457	(25)	432
Móveis e utensílios	49	(1)	48
Total	**506**	**20**	**526**

Notas Explicativas

12.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2024 (Consolidado)

	31 de dezembro de 2023	Adições	31 de março de 2024
(+) Custo			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	209		209
Máquinas e equipamentos	557		557
Veículos	10		10
Móveis e utensílios	70	6	76
Equipamentos de informática	584		584
Correção de solo	41.590		41.590
	88.861	**6**	**88.867**
(-) Depreciação			
Edificações e instalações	(44)	(1)	(45)
Máquinas e equipamentos	(44)	(8)	(52)
Veículos	(10)		(10)
Móveis e utensílios	(17)	(1)	(18)
Equipamentos de informática	(166)	(25)	(191)
Correção de solo	(41.590)		(41.590)
	(41.871)	**(35)**	**(41.906)**
(=) Saldo residual, líquidos			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	165	(1)	164
Máquinas e equipamentos	513	(8)	505
Móveis e utensílios	53	5	58
Equipamentos de informática	418	(25)	393
Total	**46.990**	**(29)**	**46.961**

(i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

Notas Explicativas

12.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2023 (Consolidado)

	31 de dezembro de 2022	Adições	31 de março de 2023
(+) Custo			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	209		209
Máquinas e equipamentos	57		57
Veículos	10		10
Móveis e utensílios	70		70
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Equipamentos de informática	515		515
Correção de solo	41.590		41.590
	88.292	**46**	**88.338**
(-) Depreciação			
Edificações e instalações	(39)	(1)	(40)
Máquinas e equipamentos	(18)	(1)	(19)
Veículos	(10)		(10)
Móveis e utensílios	(11)	(2)	(13)
Equipamentos de informática	(59)	(24)	(83)
Correção de solo	(41.590)		(41.590)
	(41.727)	**(28)**	**(41.755)**
(=) Saldo residual, líquidos			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	170	(1)	169
Máquinas e equipamentos	39	(1)	38
Móveis e utensílios	59	(2)	57
Adiantamento para aquisição de imobilizado		46	46
Equipamentos de informática		(24)	432
Total	**46.565**	**18**	**46.583**

(i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que executa a exploração sustentável da vegetação nativa (manejo florestal).

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

Notas Explicativas

13 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Moeda**	**Média de juros**	**31 de março de 2024**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de março de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Moeda Nacional						
Capital de giro	R$	15,71% a.a	121.595	110.435	121.595	110.435
Total			121.595	110.435	121.595	110.435
Circulante			(57.760)	(45.663)	(57.760)	(45.663)
Não Circulante			63.835	64.772	63.835	64.772

Os financiamentos de longo prazo serão liquidados em três parcelas anuais iguais com vencimento a partir de maio de 2025 até maio de 2027.

A movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos para os períodos de 31 de março de 2024 e 2023 está apresentada na Nota 25 (b).

13.1 *Covenants*

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o período findo em de 31 de março de 2024, há um único contrato mantido pela Companhia que possui *covenants* financeiros calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme segue:

- Limite para relação de 3 vezes Dívida líquida x EBITDA

A Companhia realiza o acompanhamento desse compromisso e, até 31 de março de 2024, está sendo cumprido.

13.2 Garantias de recebíveis

No trimestre findo em 30 de setembro de 2023, foram dadas em garantia futuros recebíveis equivalentes a cem mil sacas de soja relativos à safra 2023/2024, no valor total fixado a R$ 10.000 (dez milhões de reais) equivalente a R$ 100 (cem reais) por saca. A expectativa de liquidação deste saldo é prevista para maio 2024.

Notas Explicativas

14 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Honorários advocatícios	2.161	2.398	2.162	2.398
Outros	663	259	816	326
	2.824	2.657	2.978	2.724
Circulante	(2.824)	(2.657)	(2.978)	(2.724)

15 Outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
PIS	7	5	269	164
COFINS	34	25	1.236	763
ITR			372	
Retenções (PIS/COFINS/CSLL/ISS)	399	235	399	235
	440	265	2.276	1.162
Circulante	(440)	(265)	(2.276)	(1.162)

16 Passivos relacionados a contratos com clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Contratos de Arrendamento (i)			76.928	76.188
Outros	35	35	84	35
	35	35	77.012	76.223
Circulante	(35)	(35)	(3.515)	(3.396)
Não circulante			73.497	72.827

Notas Explicativas

(i) Refere-se ao adiantamento recebido da SLC CO pelo arrendamento das propriedades para investimento do Grupo equivalentes a 39.099 hectares de terras localizados no estado de Mato Grosso, conforme contratos firmados entre as partes até o término da safra 2045/2046, previsto para agosto de 2046. Esses adiantamentos recebidos caracterizam-se como passivos de contratos e, portanto, são atualizados pela taxa equivalente ao custo médio de captação do Grupo no momento do recebimento do recurso, determinado em 8,66% ao ano pela diretoria.

No período findo em 31 de março de 2024, foram imputados encargos financeiros no montante de R$ 1.594 sobre o saldo de adiantamentos de clientes, e houve a baixa de R$ 688 contra recebíveis de arrendamento, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	**31 de março de 2023**	**31 de março de 2024**	**31 de março de 2023**
Saldo inicial	35	52	76.223	73.543
Adiantamento recebido			49	64
Apropriação de juros			1.594	1.534
Compensação com recebíveis		(52)	(854)	(1.049)
Saldo final	35		77.012	74.092
Circulante	(35)		(3.515)	(4.084)
Não circulante			73.497	70.008

O montante dos adiantamentos a serem compensados com os recebíveis dos contratos de arrendamento nos próximos doze meses é de R$ 3.432 (nas controladas), e a parcela classificada no passivo não circulante tem a seguinte distribuição por ano de compensação:

	31 de março de 2024	**31 de dezembro de 2023**
2025	2.574	3.361
2026	3.432	3.361
2027	3.432	3.361
2028 a 2046	64.059	62.744
	73.497	72.827

A diretoria do Grupo entende que o adiantamento recebido apenas caracteriza-se como receita ganha pelo Grupo à medida que o período de arrendamento é incorrido, sendo que o montante correspondente ao período não realizado é passivo de devolução em caso de eventos futuros que impossibilitem a continuidade da operação contratada entre as partes.

17 Provisão para contingências (Controladora e Consolidado)

A diretoria, com base na análise individual dos processos impetrados contra o Grupo e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Causas		
Trabalhistas	2.108	2.030
Tributárias e ambientais	4.246	8.993
Cíveis	5.612	5.938
Total (i)	11.966	16.961

(i) Do montante total apresentado, R$ 4.233 referem-se a contingências do Acordo de Associação (2023 - R$ 7.626)

Trabalhistas

As ações referem-se, substancialmente a ações trabalhistas recebidas no Acordo (Nota 1.3), com destaque para o saldo estimado de R$ 1.300, em que o reclamante alega descumprimento de cláusula contratual por violação de suposto período estabilitário e consequente aplicação de multa prevista em cláusula penal.

Tributárias e ambientais

Representada substancialmente por auto de infração no importe de R$ 2.905, lavrado pelo IBAMA por entender que a TSPA exerceu atividade operacional em inobservância à legislação ambiental aplicável. Além disso, há execuções fiscais oriundas de decisão que reconheceu suposta inconstitucionalidade de parcelamento de créditos realizado no Estado do Mato Grosso, e honorários de sucumbência decorrente de ação contra o INSS, cujo objeto consistiu na inaplicabilidade da Lei 10.256/01 para as atividades rurais e agroindustriais e ação contra a União Federal, para exclusão de determinadas verbas de caráter indenizatória na base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Cíveis

As ações cíveis são representadas por pedidos de indenização por dano moral, material, inadimplemento contratual e a consequente cobrança de multas e penalidades e honorários sucumbenciais, sendo o valor em discussão mais relevante no montante de R$3.439, referente à ação indenizatória pelos supostos prejuízos ocasionados na propriedade do Autor decorrente da deriva de aplicação de defensivos pela Companhia.

17.1 *Depósitos judiciais*

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui depósitos judiciais, para os quais não mantêm provisão para contingências, nos montantes totais de R$ 3 (2023 - R$ 3) os quais estão classificados no ativo não circulante.

Determinados depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo.

Em 31 de março de 2024, o Grupo manteve R$ 113 (2023 - R$ 113) de depósitos judiciais para os quais havia provisões correspondentes (Nota 17.2).

17.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

Notas Explicativas

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e 1º de janeiro a 31 de março de 2024

	Controladora e Consolidado			
(+) Provisão para contingência	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	38.863	9.611	4.183	52.657
Novos processos e complementos	3.206	564	5.461	9.231
Reversão de provisão	(3.614)	(1.871)	(2.177)	(7.662)
Liquidações no período	(36.859)		(2.028)	(38.887)
Atualização monetária do período	546	690	499	1.735
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.142	8.994	5.938	17.074
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.142	8.994	5.938	17.074
Reversão de provisão (i)		(3.066)	(477)	(3.543)
Atualização monetária do período e impacto do Decreto (ii)	79	(1.682)	151	(1.452)
Saldos em 31 de março de 2024	2.221	4.246	5.612	12.079

(-) Depósitos judiciais	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	(13.149)		(607)	(13.756)
Novos processos e complementos	(79)		(76)	(155)
Liberação de depósitos judiciais	13.115		683	13.798
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(113)			(113)
Saldos em 31 de março de 2024	(113)			(113)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	2.029	8.994	5.938	16.961
Saldos líquidos em 31 de março de 2024	2.108	4.246	5.612	11.966

(i) As reversões ocorridas no período findo em 31 de março de 2024, referem-se à:

Tributária: A reversão de R$ 3.066 refere-se ao acordo realizado entre TSPA e SLC CO, onde, este valor liquidado pela SLC CO passa a fazer parte dos montantes apresentados na Nota 1.3 (c) conforme parcelamento acordado entre as partes. A causa também foi extinguida mediante acordo entre as partes reclamante e reclamada.

Cível: reversão por alteração de prognostico no montante de R$ 477 para possível.

(ii) Os encargos financeiros no período findo em 31 de março de 2024, referem-se a: Tributárias, com ganho líquido no montante de R$ 1.682, resultado do Decreto do Estado do MT 762/2024, que dentre outras providências determinou a adoção da taxa SELIC como critério de atualização. Trabalhistas e cíveis, atualizados monetariamente nos montantes de R$ 79 e R$ 151, respectivamente.

17.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas ações contra a Companhia e suas controladas, que não fazem parte do Acordo, cuja estimativa de perda é classificada como possível, conforme opinião da diretoria, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Consolidado	
Causas	**31 de março de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Tributárias (i)	93.478	105.810
Trabalhistas (ii)	244	
Cíveis (iii)	13.566	13.357
	107.288	119.167

(i) ***Tributárias***

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a indeferimentos de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS não cumulativo; suposta ausência de recolhimento de ICMS; indeferimento dos pedidos de compensações referentes a IRRF, IRPJ, CSLL, IOF, PIS, COFINS, ITR, IPI; aplicação de suposta multa isolada de 50% pela não homologação dos pedidos de compensação; suposta fruição indevida de crédito de ICMS pelo PROALMAT; suposta utilização indevida de crédito de ICMS na compra de energia elétrica; lavratura de auto de infração por suposta ausência de recolhimento de ITR.

No trimestre findo em 31 de março de 2024, houve redução no valor de prognóstico de 23 processos classificados como possível em decorrência da promulgação do Decreto 762/2024 no Estado do Mato Grosso, que dentre outras providências determinou a adoção da taxa SELIC- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia -, a partir de 1º de março de 2024, como critério de quantificação dos juros de mora, devidos para pagamentos extemporâneos de débitos tributários e não tributários, o que resultou na redução de R$ 14.517, por adequação do passivo contingente.

(ii) ***Trabalhistas***

Refere-se a pedido relativo a acidente de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais de empregado de empresa terceira contratada pela Companhia para prestação de serviços, cujo pleito consiste em indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

(iii) ***Cíveis***

Referem-se pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais, além de processo de execução e processo administrativo com pedido de implantação de assentamento rural para reforma agrária.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum (MT), sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros.

Os assessores jurídicos externos que apoiam a Diretoria classificam essa causa como possível e avaliam que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R$ 8.913 em 31 de março de 2024 (2023 - R$ 8.743).

Notas Explicativas

17.4 Ativos contingente da Companhia

O departamento jurídico do Grupo segue monitorando teses tributárias que beneficiam os contribuintes, originadas tanto nas empresas do Grupo quanto nas que foram incorporadas pela Companhia. Estas teses incluem processos já julgados e temas com repercussão geral. No entanto, até o momento, a Companhia não os registrou contabilmente como ativos, pois não se enquadram no critério de "praticamente certo" para reconhecimento, conforme o CPC 25/IAS 37.

Em 2023, a Diretoria aprimorou o processo de identificação e coleta de informações dessas ações, que foram transferidas para a Companhia. Até 31 de março de 2024, parece provável que essas teses resultem em benefícios econômicos futuros para o Grupo, uma vez superados os desafios atuais.

A Diretoria observou que a certeza dessas ações depende de fatores fora do controle da Companhia, como a ausência de decisões finais em alguns temas e a falta de documentação completa necessária para validar os direitos reivindicados. A Diretoria, com o suporte de assessores jurídicos externos, acredita que essas questões serão resolvidas, permitindo o reconhecimento dos direitos potenciais.

A expectativa de sucesso nessas ações mudará quando os direitos forem confirmados por decisões finais e toda a documentação necessária estiver disponível para comprovar os direitos da Companhia perante as autoridades fiscais e legais.

Em 31 de março de 2024, as ações que estão em análise pela Diretoria, e que se encontram nas condições acima descritas, são as seguintes:

(i) O STF, no julgamento do RE nº 574.706, estabeleceu que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da IN 2121/22, definiu a metodologia para excluir o ICMS do cálculo dessas contribuições. A Maeda S.A. Agroindustrial, agora parte da Companhia, possui créditos relacionados a este tema, avaliados pela Diretoria e seus assessores legais. O total dos créditos é de R$ 10.086, divididos em R$ 2.919 com baixa probabilidade de sucesso, R$ 1.440 com possibilidade de sucesso e R$ 5.727 com alta probabilidade de sucesso, sendo este último valor considerado um benefício econômico realizável para a Companhia. Em maio de 2024, o referido crédito foi habilitado pela Secretaria da Receita Federal para aproveitamento futuro pela Companhia.

(ii) Expurgos inflacionários oriundos de Cédulas Pignoratícias Rurais firmadas junto ao Banco do Brasil no período do Plano Collor, cujo aproveitamento se dará através do processo de cumprimento de sentença já iniciado pela Companhia, mas que se encontra sobrestado até a apreciação definitiva, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário, apresentado pelo Banco do Brasil, o qual suspendeu os efeitos da Ação Civil Pública (“ACP”). Enquanto houver risco de reversão das decisões proferidas na ACP, favoráveis à Companhia, não há o que se falar em estabilização do direito. Essa ação é de titularidade da Agropem Agropecuária Maeda, atualmente sob o controle da Companhia.

(iii) Não incidência do ICMS na base de cálculo do Funrural, refere-se ao abatimento do ICMS destacado na venda da produção agrícola primária, da base de cálculo da contribuição destinada ao Funrural. A Lei 8.212/91 determina que a contribuição incida sobre a receita integral da comercialização da produção, incluindo-se até mesmo o valor do ICMS devido. Ocorre, contudo, que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do Funrural, pois o valor correspondente ao imposto não representa receita do Produtor Rural alienante (tese que busca a similaridade com a ação do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS). Para essa ação, não há decisão definitiva que assegura o direito do Grupo.

(iv) Títulos PER – Créditos de PIS e COFINS, trata-se do acúmulo de créditos de Programa de Integração Social – PIS – e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS – não utilizados na apuração mensal de janeiro de 2006 a janeiro de 2009. De acordo com os termos da IN 2055/2021, cabível a restituição de créditos escriturais (conta gráfica) não utilizados na compensação de débitos da

Notas Explicativas

mesma natureza. Não há evolução do tema desde 2010, quando do encaminhamento do pedido de restituição pela entidade, o qual ainda está pendente de apreciação administrativa; a Diretoria está buscando a documentação suporte, com o apoio de empresa terceira contratada.

(v) Não incidência do Funrural em exportações indiretas em face da declaração do Supremo Tribunal Federal ("STF"), no Recurso Extraordinário nº 759.244, que julgou inconstitucional o artigo 170 da instrução normativa 971/2009 (revogada), o qual afastava da regra de não incidência das contribuições sociais previdenciárias a aludida contribuição sobre a receita bruta para as operações realizadas com fins de exportação ("*trading companies*"). Essa ação diz respeito, substancialmente, à Maeda S.A. Agroindustrial e TS Brasil, sucedidas pela Companhia, e para a qual a Diretoria aguarda o julgamento do recurso interposto, em paralelo está sendo levantada a documentação suporte referente ao período anterior a 2008.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social da Companhia é de R$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.2 Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração de 20 de setembro de 2022, foi aprovada a abertura do Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de atender as outorgas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Companhia, conforme recepcionadas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2021, podendo, ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e na Resolução CVM 77.

No exercício de 2022 foram adquiridas 182.921 ações por um preço médio de R$ 28,13, no montante de R$ 5.146, foram entregues 163.034 ações para o pagamento do plano de pagamento baseado em ações, no montante de R$ 4.583, restando o montante de R$ 563 referentes a 19.887 ações mantidas em tesouraria.

18.3 Reservas de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar, que compreende o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

A proposta da Administração para os lucros a disposição da Assembleia Geral Ordinária do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é a de distribuição total do lucro a disposição como dividendos. O saldo acumulado de Reserva de lucros em 31 de março de 2024 é de R$ 34.747.

18.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% para constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202, da Lei no 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação (Nota 18.4).

Em 28 de março de 2023, a Companhia disponibilizou aos seus acionistas o montante de R$ 85.000 a título de dividendos, sendo R$ 32.578 correspondente ao dividendo mínimo obrigatório já reconhecido contabilmente em 31 de dezembro de 2022 e R$ 52.422 referente à antecipação de dividendos, conforme

Notas Explicativas

proposta do Conselho de Administração, em 14 de março de 2023, para a distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para ratificação em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”).

Na referida reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, também foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2022 no montante de R$ 45.310, pagos em 5 de maio de 2023, após ratificação em AGO realizada em 20 de abril de 2023. Nesse contexto, os dividendos totais distribuídos, referente ao exercício de 2022, são no montante de R$ 130.310.

Para o exercício de 2023 foram destinados o montante de R$ 8.363 de dividendos mínimos obrigatório (R$ 32.578 em 2022), aprovado em AGO realizado em 26 de abril de 2024 com pagamento previsto para 24 de maio de 2024. A administração propôs que os dividendos não sejam distribuídos em sua integralidade, em vez disso, o valor de R$ 25.090 será destinado à criação de reserva estatutária.

Em função da ausência de atualização cadastral dos dados bancários pelos acionistas minoritários, ainda há o montante de R$ 36 para pagamento referente a lucro de exercícios anteriores. Desta forma, o saldo acumulado em 31 de março de 2024 é de R$ 8.399.

18.5 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º de agosto de 2021 foi efetivado o Acordo (item 1.3), o qual resultou em direitos e obrigações de reembolso para a Companhia, a receber e a pagar da SLC CO (controladora à época do Acordo). Nesse contexto, por referir-se à contribuição de ativos e passivos líquidos de acionistas ao patrimônio da Companhia, essa transação foi tratada como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da SLC CO e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas. O valor da transação foi de R$ 6.649.

18.6 Plano de pagamento baseado em ações

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Plano de ações restritas TSPA"), que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de ações restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, não ocorreu a outorga para nenhum dos beneficiários.

O Plano de ações restritas TSPA prevê que o pagamento dos benefícios será realizado mediante a entrega de ações da Companhia ou pagamento do valor equivalente em dinheiro, a ser definido pelo Conselho de Administração, sendo limitada a diluição societária referencial máxima de até 5% do capital social da Companhia (considerando as ações ordinárias da Companhia na data de aprovação de cada plano). As metas de *performance* fixadas para o *vesting* do benefício serão definidas em cada outorga.

19 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período (Nota 18.1).

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Lucro líquido utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	6.422	8.173
Quantidade de ações no período (milhares) - média ponderada do período	96.227	96.227
(-) Ações em tesouraria (lotes de mil)	(20)	(20)
Quantidade de ações no período (milhares) - média ponderada do período para o lucro diluído	96.207	96.207
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	0,0668	0,0850

20 Partes relacionadas

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui constituídos, como integrante da estrutura dos órgãos de Governança Corporativa, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídico e Conselho Fiscal, além da Diretoria Executiva, composta pelo Diretor Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo e Jurídico.

No período findo em 31 de março de 2024, a remuneração dos conselheiros foi de R$ 847 (R$ 840 em 2023), composta por remuneração básica de R$ 706 (R$ 700 em 2023) e encargos sociais de R$ 141 (R$ 140 em 2023) e a remuneração da diretoria foi de R$ 640 (R$ 425 em 2023), composta por remuneração básica no montante de R$ 577 (R$ 362 em 2023), encargos sociais de R$ 63 (R$ 63 em 2023). Quanto ao Plano de incentivo, em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 632 foi revertido pela sua descontinuidade, conforme mencionado na Nota 18.2.

20.2 Operações com contratos de mútuo

No período findo em 31 de março de 2024, a Companhia mantém operações de mútuo com suas controladas com liquidação para maio de 2024. A composição do saldo no período é como segue:

	31 de março de 2024
Fazenda São José S.A.	3.929
Fazenda Iporanga S.A.	255
	4.184

Os valores de mútuos foram atualizados com juros ao índice da taxa DI (Depósito Interbancário) e tiveram o seguinte impacto no resultado, na linha de receita financeira:

Notas Explicativas

	31 de março de 2024
Fazenda São José S.A.	19
Fazenda Iporanga S.A.	4
	23

21 Receita líquida

A receita líquida compreende as receitas de contratos com clientes, no caso da operação de manejo florestal, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas.

A composição da receita líquida no período é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Receita bruta de:				
Vendas de madeira	535		535	
Arrendamento operacional	30	30	16.459	25.931
	565	30	16.994	25.931
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas de madeira	(76)		(76)	
Impostos sobre arrendamento	(3)	(3)	(598)	(945)
	(79)	(3)	(674)	(945)
Receita líquida	486	27	16.320	24.986

A receita líquida de venda tem a seguinte composição, por natureza:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Madeira	459		459	
Arrendamento	27	27	15.861	24.986
Receita líquida de vendas	486	27	16.320	24.986

Os fluxos de caixa não descontados estimados para os arrendamentos operacionais contratados para os próximos cinco anos, e para o prazo remanescente do contrato, são como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
2023		99.278
2024	53.329	99.171
2025	71.373	99.171
2026	71.704	99.171
2027	72.064	99.171
2028	72.455	99.171
2029 a 2046	1.398.375	1.388.393
	1.739.300	1.983.526

Os fluxos de caixa futuros estimados para as operações de arrendamento consideram o valor de mercado futuro da soja por ano safra 2023/2024 (última data disponível) e, a partir dessa data, mantém-se o valor de mercado utilizado para o último ano.

O Grupo já possui o preço definitivo (fixado) para 100% das sacas de soja que são utilizadas para determinar a receita de arrendamento para a safra 2023/2024, finalizada em 31 de agosto de 2023. O preço médio bruto fixado é de R$ 101,63 por saca.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(2.774)	(1.648)	(2.979)	(1.699)
Despesas com pessoal	(1.597)	(1.220)	(1.843)	(1.220)
Remuneração dos administradores	(1.487)	(1.265)	(1.487)	(1.265)
Depreciações e amortizações	(33)	(26)	(869)	(985)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(290)	(314)	(359)	(469)
Acordo de associação (Nota 1.3)	(280)	(1.802)	(280)	(1.802)
Imposto sobre a propriedade territorial rural			(373)	(267)
Provisão por redução ao valor recuperável de recebíveis	6		(94)	
Reversões (provisões) com contingências	3.543	(1.471)	3.543	(1.471)
Reversão de provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	659		659	
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado			64	
Obrigações constituídas na aquisição de empresas (Nota 10.1)		(1.522)		(1.522)
Plano de incentivo (Nota 20.1)		(6)		(6)
	(2.253)	(9.274)	(4.018)	(10.706)

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do exercício nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Custo dos contratos com clientes			(1.207)	(1.224)
Despesas administrativas	(6.171)	(4.491)	(6.684)	(4.699)
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	3.918	(4.783)	3.873	(4.783)
	(2.253)	(9.274)	(4.018)	(10.706)

(i) A variação de Outras receitas (despesas), líquidas no período, corresponde substancialmente a reversão de contingências, conforme mencionado na Nota 17.2 (i) e diminuição com despesas do Acordo.

23 Resultado financeiro

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	82	457	82	457
Rendimentos de aplicações financeiras	51	53	63	53
Atualização monetária e juros ativos (i)	1.744	6	1.721	4
	1.877	516	1.866	514
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.881)	(1.531)	(1.881)	(1.531)
Atualização monetária e juros passivos	(232)	(1.857)	(232)	(1.857)
Juros sobre adiantamentos de clientes			(1.594)	(1.534)
Outras despesas	(66)	(104)	(69)	(106)
	(2.179)	(3.492)	(3.776)	(5.028)
Variações cambiais, líquidas				
Valor justo de títulos a receber	1.069	1.683	1.069	1.683
Variações cambiais e derivativos, líquidos	(1.779)	(310)	(1.779)	(310)
	(710)	1.373	(710)	1.373
Resultado financeiro	(1.012)	(1.603)	(2.620)	(3.141)

(i) No período findo em 31 de março de 2024, houve o ganho líquido de R$ 1.682 com atualização monetária de contingências tributarias, resultado do Decreto 762/2024, que dentre outras providências determinou a adoção da taxa SELIC como critério de atualização, conforme Nota 17.2.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Sendo que tais riscos são mitigados pela diretoria, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e pelo Grupo e suas classificações estão demonstrados abaixo.

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	16	1.830	4.190	2.084
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	428	384	40.147	24.695
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado	37.891	37.014	37.891	37.014
Títulos a receber	Custo amortizado	7.794	7.773	7.794	7.773
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3	3	3	3
		46.132	47.004	90.025	71.569
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	121.595	110.435	121.595	110.435
Passivos relacionados a contratos com clientes	Valor justo por meio do resultado			76.928	76.188
Passivos relacionados a contratos com clientes	Custo amortizado	35	35	84	35
Títulos a pagar	Custo amortizado	2.824	2.657	2.978	2.724
Dividendos a pagar	Custo amortizado	8.399	8.399	8.399	8.399
		132.853	121.526	209.984	197.781

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Títulos a receber - Saldos decorrentes do Acordo.

Depósitos judiciais - Trata-se de depósitos judiciais, para os quais não há provisão para contingências.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Dividendos a pagar - Refere-se dividendos mínimos obrigatórios.

Títulos a pagar - Em 2024 e 2023 decorrem de substancialmente de honorários advocatícios.

Passivos decorrentes a contratos com clientes - Substancialmente refere-se ao adiantamento recebido da SLC CO pelo arrendamento das propriedades para investimento da Companhia (Nota 16).

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo.

25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

a) Reconciliação da dívida líquida

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	121.595	110.435	121.595	110.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(16)	(1.830)	(4.190)	(2.084)
Dívida líquida	121.579	108.605	117.405	108.351

b) Movimentação da dívida líquida

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Tributos parcelados	Total dívida	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2023	29.737		29.737	(2.051)	27.686
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**96.129**		**96.129**	**(1.481)**	**94.648**
Captações de empréstimos	99.665		99.665		99.665
Pagamento de empréstimos	(3.333)		(3.333)		(3.333)
Pagamento de juros dos empréstimos	(203)		(203)		(203)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado				(1.481)	(1.481)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**1.841**		**1.841**		**1.841**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.531		1.531		1.531
Variação cambial	(1.118)		(1.118)		(1.118)
Instrumentos derivativos, líquidos	1.428		1.428		1.428
Saldos em 31 de março de 2023	**127.707**		**127.707**	**(3.532)**	**124.175**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	110.435		110.435	(2.084)	108.351
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**7.500**		**7.500**	**(2.106)**	**5.394**
Captações de empréstimos	7.500		7.500		7.500
Caixa e equivalentes de caixa gerado				(2.106)	(2.106)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.660**		**3.660**		**3.660**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.881		1.881		1.881
Variação cambial	842		842		842
Instrumentos derivativos, líquidos	937		937		937
Saldos em 31 de março de 2024	**121.595**		**121.595**	**(4.190)**	**117.405**

Notas Explicativas

Na controladora, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total dívida	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2023	71.428		71.428	(2.640)	68.788
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**(47.555)**	**85.073**	**37.518**	**2.115**	**39.633**
Captações de empréstimos	26.000		26.000		26.000
Pagamento de empréstimos	(66.020)		(66.020)		(66.020)
Pagamento de juros dos empréstimos	(7.535)		(7.535)		(7.535)
Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		85.073	85.073		85.073
Caixa e equivalentes de caixa aplicado				2.115	2.115
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**5.864**	**(85.073)**	**(79.209)**	**(1.525)**	**(80.734)**
Juros sobre empréstimos provisionados	5.864		5.864		5.864
Div idendos aprov ado em AGO e AGE		(65.172)	(65.172)		(65.172)
Recursos compensados na incorporação de controlada direta		(19.901)	(19.901)		(19.901)
Incorporação				(1.525)	(1.525)
Saldos em 31 de março de 2023	**29.737**		**29.737**	**(2.050)**	**27.687**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	110.435		110.435	(1.830)	108.605
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**7.500**		**3.337**	**1.814**	**5.151**
Captações de empréstimos	7.500		7.500		7.500
Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		(4.163)	(4.163)		(4.163)
Caixa e equivalentes de caixa gerado				1.814	1.814
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.660**		**7.823**		**7.823**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.881		1.881		1.881
Dividendos a ser aprovados em AGO		(21)	(21)		(21)
Variação cambial	842		842		842
Instrumentos derivativos, líquidos	937		937		937
Operações de mútuo		4.184	**4.184**		**4.184**
Saldos em 31 de março de 2024	**121.595**		**121.595**	**(16)**	**121.579**

c) Transações que não afetaram o caixa

A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de março de 2024	31 de dezembro de 2023
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	3	1.102	3	1.102
Compensação de titulos a receber com titulos a pagar do acordo	3.351	3.153	3.351	3.153
Compensação de adiantamento de clientes		100	854	33.688
Compensação de depósitos judiciais	113	113	113	113

26 Compromissos

26.1 Contrato de arrendamento de terras

Conforme divulgado na Nota 16, o Grupo mantém contratos de arrendamento de suas propriedades agrícolas com a SLC CO, vigentes a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2046. O fluxo estimado de receita desses contratos de arrendamento operacional está divulgado na Nota 21.

Notas Explicativas

27 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o reporte periódico estruturado pela Diretoria e apresentado ao Conselho de Administração, sendo este o órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas quanto à operação, sobretudo quanto à alocação de recursos e desempenho operacional. O Conselho de Administração, enquanto responsável pelas definições estratégicas do Grupo, considera o negócio sob a perspectiva de segmento, materializado através de reportes e relatórios fornecidos pela Diretoria.

A Companhia implementou, durante o exercício de 2023, a racionalização e otimização dos seus ativos, propriedades e operações, através da uma gestão segregada das suas principais atividades, destacando-se a gestão e exploração de propriedades rurais mediante arrendamento, execução e aperfeiçoamento do manejo florestal sustentável através de suas subsidiarias. Além do foco contínuo na valorização de seus ativos, realizando a alocação dos ativos operacionais, observando a melhor racionalização de uso e sinergia entre as atividades, foi implementado o sistema de rateio de despesas de colaboradores.

No entendimento da Administração, a implementação otimizada de outras formas de exploração de seus ativos e operações não impacta na análise de segmentos operacionais, uma vez que foi mantida a unicidade negocial durante todo o período, refletindo a forma pela qual é controlada, gerenciada e monitorada pela Diretoria.

28 Eventos subsequentes

a) Contratação de operação financeira

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2024, foi autorizada a contratação de operação financeira para suprir a necessidade de capital de giro conforme orçamento aprovado para o exercício, no montante de R$ 24.000, com vencimento findo em 14 de maio de 2025.

b) Recebimento de contrato de arrendamento

Em abril de 2024, a Companhia recebeu o montante de R$ 67.653 referente a receita de arrendamento de suas propriedades agrícolas (Nota 11) para a safra 2023/2024 a ser encerrada em 31 de agosto de 2024, dos quais o montante de R$ 39.419 estava registrado como contas a receber de clientes em 31 de março de 2024.

c) Adesão ao programa de Autorregularização incentivada

Em 1º de abril de 2024, a Companhia, dentro do prazo estabelecido na Instrução Normativa 2168/2023, aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro, 2023. O montante de débito elegíveis indicados foi de R$ 2.005, conforme critérios do programa, 50% do débito foi liquidado à vista com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa e o restante parcelado em 48 prestações, sendo a primeira paga em abril de 2024 e resultando em uma redução de saída de caixa de R$ 1.003 para a Companhia.

d) Pagamento de empréstimos

No período de 03 a 08 de maio de 2024, a companhia efetuou pagamentos substanciais relacionados às suas obrigações financeiras, totalizando R$ 55.752. Estes pagamentos incluíram tanto o principal quanto os juros de empréstimos anteriormente contraídos, refletindo os acordos estabelecidos com as instituições financeiras credoras

Notas Explicativas

* * *

Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de Relação com Investidores

Ligia Martins de Paulo
Contadora
CRC SP 316097O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 13 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 27 DA RESOLUÇÃO CVM. N. 80/22.
Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2024, em cumprimento ao art. 27, incisos V e VI da Resolução CVM n. 80/22.

São Paulo, 13 de maio de 2024.

_____
Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de RI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 27 DA RESOLUÇÃO CVM. N. 80/22.
Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – ITR de 31 de março de 2024, em cumprimento ao art. 27, incisos V e VI da Resolução CVM n. 80/22.

São Paulo, 13 de maio de 2024.

_____
Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de RI